

GÊNERO INSTITUÍDO E INSTITUINTE: A CONSTRUÇÃO E A DESCONSTRUÇÃO SÓCIO-CULTURAL DO SEXO SOB O VIÉS DA IDENTIDADE MODERNA

Ruan Carlo Fonseca Coelho¹

Resumo: Este trabalho tem como proposta abordar sobre o sujeito sexual, indivíduo em seu processo de identificação, o qual é construído sócio-culturalmente por instituições que tem como poder produzir e reproduzir uma lógica hierárquica e binária de gênero. A identidade de gênero, entendida por aqui, como algo construído, e não naturalizado, não essencializado. Os pressupostos teóricos utilizados serão a análise de discurso Foucaultiana (sexo e poder), pensadoras feministas, representantes dos Estudos Culturais e alguns teóricos Pós-Modernos e dos Queers Studies. Vários personagens serão retratados em seus respectivos espaços, com imediatos rótulos e códigos pré-estabelecidos pelo social.

Palavras-chave: identidade(s), sexualidade, binarismo de gênero, performance.

Os anos 60 e 70, um período de intensas e variadas “experimentações” nos vários campos do comportamento em particular e da cultura em geral, haviam deixado a impressão de que a “revolução cultural” vivida talvez de modo mais intenso, por parcelas da juventude e da intelectualidade tinha efetivamente liquidado, em caráter definitivo, certas ideias e certos preconceitos. A crescente “politização” do comportamento cotidiano e a valorização do espaço de ação privado dos sujeitos individuais, características que tanto marcaram essas duas décadas, se tornaram visíveis de maneira variadas e bastante expressivas. Foi assim nos primórdios do movimento hippie norte americano – com o novo ativismo político do flower power ou a reivindicação intransigente e radical pela paz e por uma “revolução pacífica” – no maio de 68 francês - no qual palavras de ordem como “é proibido proibir” ou a “a imaginação no poder” ganharam as ruas – foi assim, enfim, em todas as manifestações dessa onda de “rebeldia anárquica” que varreu boa parte do mundo ocidental ao longo dos anos 60.

¹ Graduando no curso de Bacharel de Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense-ruancult@yahoo.com.br.



Pouco a pouco, ao longo de toda esta década, o termo “contracultura”² foi se tornando mais e mais conhecido. Diante da crise cada vez mais evidente do pensamento tradicional de esquerda (aí compreendida a crise também cada vez mais discutida do então chamado socialismo real), a utopia rebelde e anárquica proposta pelos diferentes representantes da contracultura ganhava um lugar de destaque na configuração de um discurso crítico diante das ideias e das instituições que então se afirmavam como hegemônicas. A famosa trilogia “sexo, drogas e rock’n-roll ganhava ares de bandeira política de toda uma geração”. É no interior deste processo que se situa a história mais recente de movimentos como o feminista, o negro ou o gay, dando voz e peso político social às chamadas minorias ou aos novos sujeitos que se afirmavam na cena cultural. Novas formas de racionalidade, novas formas de comportamento, novas formas de contestação política, novas formas culturais; enfim, um novo ethos se fazia presente.¹

O processo de rompimento dos paradigmas advindo das transformações sociais ocorridas durante a década de 1960 trouxe à tona diversos movimentos sociais que colocaram em evidência novas vozes que contribuíram decisivamente para a desconstrução de um sujeito único universal bem como para a emergência da criação de um campo de estudos relacionado à questão do gênero. Este rompimento dos paradigmas pré-estabelecidos aconteceu ao mesmo tempo em que novas teorias surgiam em total harmonia com os movimentos sociais. O campo de estudos sobre gênero teve a sua consolidação concomitantemente à fase contemporânea do feminismo que emerge na Europa pós-68 e nos EUA. Como podemos ver, foi só a partir de então que o campo de estudos científicos sobre as mulheres foi ampliado, mostrando sua estreita ligação com a eclosão dos movimentos sociais. Os ideais difundidos pelas lutas sociais criaram condições para o surgimento de uma teoria crítica feminista, o que influenciou - dentro e fora da academia – estudos e pesquisas científicas sobre gênero. Esses estudos tinham como objetivo compreender as mazelas que constituem as relações de gênero na sociedade, a partir de reflexões políticas e sociais amplas. Os estudos sobre gênero contribuíram de forma a evidenciar o alcance da disparidade social, política, econômica, cultural e científica que estavam relacionadas com o tema.

Foi na década de 80 que os (as) estudiosos (as) feministas começaram a utilizar o conceito de gênero, o qual conceito significava uma decisão de ordem epistemológica,

² Para uma discussão do movimento da contracultura na perspectiva apontada, ver Pereira(1983)

com implicação teórica. Integra-se à reflexão que gênero não pretende significar o mesmo que sexo, ou seja, enquanto sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como sujeito masculino ou feminino, então passou a focalizar a construção do feminino e do masculino e não mais a diferenciação natural entre o homem e mulheres.

O conceito de gênero tal como esboçado tem como origem a noção de cultura. A culturalidade da sexualidade humana foi enfatizada por muitos antropólogos que em seus trabalhos contribuíram para uma abordagem que contraria o evolucionismo, conforme Mary Douglas, autora de *Purity and Danger*, destaca que: “nada é mais essencialmente transmitido pelo processo social do que o aprendizado do comportamento sexual” (1973, p.93). Posteriormente regido pelo construcionismo social³, o qual desvinculou o papel social do gênero, da natureza e da reprodução e negou a naturalidade da subordinação da mulher, contestando o determinismo biológico. Então neste momento sexualidade e gênero se deram as mãos e várias correntes do pensamento contemporâneo compartilham o mesmo approach do construcionismo social, enfatizando o papel ativo do sujeito guiado pela cultura, na estruturação da realidade social. Essa noção aponta para o fato da vida social, e os vetores que a organizam como, por exemplo, tempo, espaço ou a diferença entre os sexos, são produzidos e sancionados socialmente através de um conjunto sistemático de representações e estes são representados em função de um sistema binário, em suas dicotomias paradigmáticas.

Os antropólogos e sociólogos consideram que a expressão da sexualidade se dá em um contexto social muito preciso, o que orienta a experiência e a expressão do desejo, das emoções, das condutas e práticas corporais. Conforme Heilborn:

“Os indivíduos são socializados para a entrada na vida sexual por meio da cultura, que orienta roteiros e comportamentos, considerados aceitáveis para cada grupo social. Consequentemente, as práticas sexuais se diferenciam no interior de cada sociedade, variando de acordo com os referenciais dos diversos segmentos sociais que a compõem. Às expressões e manifestações relativas à sexualidade correspondem distintos significados, segundo os valores vigentes em um dado estrato sócio cultural. Portanto, os atos sexuais não são necessariamente unívocos”. (2006, p.45)

³ Área do interesse de historiadores, filósofos, e sociólogos da ciência que é a extensão na qual teorias científicas são moldadas por seus contextos políticos e sociais.

A historiadora Maria Luiza Heilborn também utiliza os termos roteiros sexual para falar sobre os caminhos e as tramas que um indivíduo por meios de sua socialização obtém diferentemente de outros indivíduos:

“Os roteiros sexuais espelham as múltiplas e diferentes socializações que uma pessoa experimenta em sua vida: família, tipos de escolas, acesso a distintos meios de comunicação, redes de amizade e vizinhança. Esses roteiros são especialmente relevantes na fase em que a sexualidade se torna uma questão muito importante: na adolescência/juventude, quando se dá o início da vida sexual com parceiro, e, a seguir, na passagem à vida adulta. Uma determinada concepção de sexualidade está em jogo quando da entrada na vida sexual, intimamente vinculada com o uso social do corpo, sendo este modelado pelas normas culturais”. (ibid., p.46)⁴

Esse uso social do corpo é contextualizado divergentemente em diferentes culturas, conforme a forma de comunicação corporal, como toques, gestos, olhares, que é diferenciada de um latino para um europeu.

A naturalização da hierarquia de gênero foi uma forma de reproduzir a lógica binária de gênero, que polarizam essências de sujeitos conforme a linearidade de sexo-gênero, contrariando esta lógica, alguns teóricos formularam algumas teses, destaco aqui, Guacyra Louro, a qual tinha como propósito desconstruir e desmontar a lógica de operações binárias, destituindo os sistemas tradicionais de pensamento por um processo, segundo Louro:

“O processo implicaria deslocar os termos, para demonstrar que cada um está presente no outro, bem como evidenciar que as oposições são históricas e linguisticamente construídas. A desconstrução desta polaridade – masculino/feminino – parece ser também útil para desmontar toda uma lógica binária que rege outros pares de conceitos a ela emparelhados ou articulados, tais como: público/privado, produção/reprodução, cultura/natureza, etc”. (1992, p.13)

Mediante a dicotomia público e privado, historicamente a construção das identidades de homens e mulheres se tem configurado a partir desta “então antítese”, com atribuições de papéis, atitudes e valores previamente definidos segundo modelos naturais, um exemplo que pode ser apontado é a forma relacional que a vida e a ciência

⁴ HEILBORN, op.cit., p. 46, passim

política foi naturalizada para o gênero masculino e esta relação é realizada através de equações como Homem = Público, Público = Político, logo, Homem Político; e Mulher = Privado, Privado = Apolítico, logo, Mulher Apolítica. Houve um intenso processo que nivelaria sempre a mulher ao doméstico, a sua arquitetura a limitaria ao seu lar, enquanto aos homens caberia a burocracia do público, o empoderamento político, a própria cidadania. Os direitos e deveres eram segregados conforme o gênero, tais como o direito do voto, o direito de tomar decisões políticas.

Então Louro afirma que as dicotomias escondem a interdependência dos polos. Nesta mesma afirmação, Louro utiliza a definição de Terry Eagleton “o qual leva-nos a perceber que um polo não apenas depende do outro, mas em certa medida, também contém o outro- de modo reprimido, desviado, procrastinado”. (LOURO, 1992, p.13). Terry Eagleton afirma assim:

“A mulher é o oposto, o “outro” do homem: ela é o não-homem, o homem a que falta algo, a quem é atribuído um valor sobretudo negativo em relação ao princípio primeiro masculino (...) A mulher não é apenas um outro ser, no sentido de alguma coisa fora de seu alcance, mas um outro intimamente relacionado com ele a imagem daquilo que ele não é e, portanto, uma lembrança essencial daquilo que ele é. Assim o homem precisa desse outro, mesmo que o despreze, e é obrigado a dar uma identidade positiva àquilo que considera como não-coisa, como nada. (...) Talvez ela represente um signo de alguma coisa no homem que ele precisa reprimir, expulsar para além de seu próprio ser, relegar a uma região seguramente estranha, fora de seus próprios limites definitivos. Talvez o que esteja de fora também esteja, de alguma forma, dentro, talvez o que seja estranho seja também íntimo- de sorte que o homem precise policiar com atenção a fronteira absoluta entre as duas esferas, porque ela pode ser sempre atravessada, sempre foi atravessada e é muito menos absoluta do que parece”. (EAGLETON⁵, 1983 apud LOURO, 1992, p.13)

Esse binarismo é sempre utilizado de forma hierarquizado, reproduzindo uma lógica desigual, universalizando uma categoria que são sempre excludentes, legitimando os já legitimados e colocando à margem aqueles(as) que não se enquadram em suas referências, fraturando uma singular identidade feminina ou masculina. Existem marcas que corroboram com a produção da desigualdade que polarizam as identidades de gênero. Práticas e linguagens que constituem sujeitos femininos e masculinos, são portanto, produtores de marcas- classificam os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente: pelos comportamentos e gestos expressados

⁵ EAGLETON, Terry. Teoria da Literatura: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

Ao discutir identidade, o teórico dos estudos culturais⁶, Stuart Hall (2006), explora as três principais concepções relativas ao sujeito: a do iluminismo, do sociológico e do pós-moderno. A identidade do sujeito iluminista era considerada inerente a mudanças durante toda a vida da pessoa humana, "o centro social do eu era a identidade de uma pessoa." (HALL, 2006, p. 36). Isto é, surge em seu nascimento e se desenvolve ao longo da vida, mas a sua essência é a mesma. O sujeito do iluminismo foi apenas descrito como masculino. Na concepção sociológica, a identidade do sujeito não estava mais centrada no núcleo interior do ser e nem era autónoma e auto-suficiente: "era formada na relação com outras pessoas importantes para si, que mediavam para o sujeito" (ibid., p.38)⁷. No sujeito sociológico, Hall explicita a noção do masculino e feminino. Por último, a identidade do sujeito pós-moderno paira em torno da fragmentação, da multiplicidade, de várias identidades algumas vezes contraditórias e não resolvidas. Nesta perspectiva, a identidade está em constante mobilidade: "formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpretados nos sistemas culturais que nos rodeiam." (ibid., p.41)⁸. Tendo a ênfase que a identidade é também construída, é trazê-la para o campo do poder, é perceber que se ela é uma construção, ela é também passível de mudança. Stuart Hall (2006) em seu livro *Identidade Cultural na Pós-Modernidade* irá nos revelar um novo sujeito que tem como características o duplo deslocamento do indivíduo- descentração de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos, sem identidade fixa, assumindo-a de diferentes formas em diferentes momentos, este fenômeno Hall nomeia como crise de Identidade. O sujeito incitado a todo momento a revelar sua identidade, a sua essência, não consegue mais encontrar a sua unidade em meio da pluralidade; a linearidade se torna confusa, as identidades não obtém coerência.

Intensificando a discussão do parágrafo anterior, Jutith Buther em sua desconstrução do sujeito feminino, contraria a discriminação que alguns (as) estudiosos (as) faz para tornar o sujeito substantivo. Butler apontava para a possibilidade de haver política sem que seja necessária a constituição de uma identidade fixa, de um sujeito a

⁶ Disciplina que se ocupa do estudo dos diferentes aspectos da cultura, envolvendo, por exemplo, outras disciplinas como a história, a filosofia, a sociologia, a etnografia, a teoria da literatura, etc. Trata-se de uma disciplina acadêmica, cujas origens é possível determinar, sendo habitual ligar essa origem ao próprio desenvolvimento do pós-modernismo e às suas celebrações contra a alta-cultura e as elites sociais, aos seus debates sobre multiculturalismo. Surge a partir dos trabalhos do professor inglês Raymond Williams, sobretudo depois da publicação do livro *Culture and Society: 1780-1950* (1958) e do livro *Uses of Literacy* (1958), de Richard Hoggart (primeiro director do Centro de Birmingham).

⁷ HALL, op.cit., p.38, passim

⁸ HALL. op.cit., p.41, passim

ser representado, para que essa política se legitime. Ao mesmo tempo, ela propõe repensar as restrições que a teoria feminista enfrenta quanto tenta representar mulheres. Butler recusa completamente a noção de sujeito estável como premissa para enfrentamentos políticos. Butler então desloca o feminismo do campo do humanismo, como prática política que pressupõe o sujeito como identidade fixa. Em sua obra *Feminismo e Subversão da Identidade*, a autora relata:

“Se as identidades deixassem de ser fixas como premissas de um silogismo, e se a política não fosse mais compreendida como um conjunto de práticas derivadas dos supostos interesses de sujeitos prontos, uma nova configuração política surgiria certamente das ruínas da antiga”. (2009, p.213)”

Este sujeito pronto com estereótipos reproduzidos é ponto central que o poder conservador institui sobre a sexualidade e gênero, em um processo de diferenciação, conforme também Tomás Tadeu da Silva descreve: “A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas. São outras tantas marcas da presença do poder: incluir/excluir, demarcar fronteiras, classificar, normalizar”. (2007, p.82). Corroborando com este pensamento sobre as interdependências entre identidade e diferença, Kathryn Woodward diz:

“As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença- a simbólica e a social- são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios”. (WOODWARD, 2007, p.140)

Um outro aspecto importante para os estudos de gênero e identidade foi a teoria queer, a qual começou a ser desenvolvida a partir do final dos anos 80 por uma série de pesquisadores e ativistas bastante diversificados, especialmente nos Estados Unidos. Um dos primeiros problemas é como traduzir o termo queer para a Língua Portuguesa. “Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário”, diz Louro (2004, p. 38). A ideia dos teóricos foi a de positivar esta conhecida forma pejorativa de insultar os homossexuais. Segundo Butler, apontada como uma das precursoras de teoria queer, o termo tem operado uma prática linguística com o propósito de degradar os sujeitos aos quais se refere. “Queer adquire todo o seu

poder precisamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos” (Butler, 2002, p.58).

Neste sentido, um dos maiores esforços reside na crítica ao que se convencionou chamar de heteronormatividade homofóbica, defendida por aqueles que veem o modelo heterossexual como o único correto e saudável. Por isso, os primeiros trabalhos dos teóricos queer apontam que este modelo foi construído para normatizar as relações sexuais. Assim, os pesquisadores e ativistas pretendem desconstruir o argumento de que sexualidade segue um curso natural. Segundo Lopes: “Os estudos queer atacam uma repronarratividade e uma reproideologia, bases de uma heteronormatividade homofóbica, ao naturalizar a associação entre heterossexualidade e reprodução” (2002, p. 24).

Admitindo que uma política de identidade possa se tornar cúmplice do sistema contra o qual ela pretende se insurgir, teóricos/as queer sugerem uma teoria e uma política pós-identitárias. Inspirados no pós-estruturalismo francês dirigem sua crítica à oposição heterossexual/homossexual, compreendida como a categoria central que organiza as práticas sociais, o conhecimento e as relações entre os sujeitos. Conforme Louro enuncia:

“Segundo os teóricos e teóricas queer é necessário empreender uma mudança epistemológica que efetivamente rompa com a lógica binária e com seus efeitos: a hierarquia, a classificação, a dominação e a exclusão. Uma abordagem desconstrutiva permitiria compreender a heterossexualidade e a homossexualidade como interdependentes, como mutuamente necessárias e como integrantes de um mesmo quadro de referências. A afirmação da identidade implica sempre a demarcação e a negação do seu oposto, que é constituído como sua diferença. Esse ‘outro’ permanece, contudo, indispensável. A identidade negada é constitutiva do sujeito, fornece-lhe o limite e a coerência e, ao mesmo tempo, assombra-o com a instabilidade. Numa ótica desconstrutiva, seria demonstrada a mútua implicação/constituição dos opostos e se passaria a questionar os processos pelos quais uma forma de sexualidade (a heterossexualidade) acabou por se tornar a norma, ou, mais do que isso, passou a ser concebida como ‘natural’”. (2001, p.549)

A sexualidade torna-se referência fundamental na produção de verdade e da subjetividade dos indivíduos na era moderna, e com esta referência há uma implementação binária do que é normal e o que não é, daí surgem sexualidades periféricas, que linearizam o sexo, o desejo e a prática, as quais são implementadas como perversões, conforme o filósofo e crítico Foucault ressalva:

“A implantação das perversões é um efeito- instrumento: é através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas que as relações de poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas. É nesse avanço dos poderes, fixam-se sexualidades disseminadas, rotuladas segundo uma idade, um lugar, um gosto e um tipo de prática”. (1988, p.48)

As identidades sexuais perpassam por uma construção performativa, um caráter teatral dos gêneros, a teórica queer Judith Butler (1998) utilizou a teoria da performatividade de Austin, associada à fenomenologia merleau-pontyana, para argumentar que os gêneros são produtos performativos. Na concepção butleriana de gênero, somos frutos do discurso que formatam nossos corpos. A materialização do corpo está intrinsicamente ligada ao gênero, para esta materialização ser realizada, é necessário atos de reiteração sobre o corpo. Esta reiteração não é singular e sim por um conjunto de normas, conforme Butler afirma: “Gêneros inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm a relação de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (2003, p.38). A materialização do corpo possuidor de pênis ou vagina enquadra a possibilidade de inserção na cultura através do gênero inteligível masculino ou feminino. Butler ao falar da inteligibilidade dos gêneros destaca que a performatividade consagra a matriz heterossexual por meio do discurso do dimorfismo sexual. Assim, os corpos que não se enquadram no binarismo homem/mulher são considerados produtos abjetos, quer dizer, sem valor de vida. Marcações corporais como seios grandes, cabelos curtos, pêlos ao redor do corpo são datadas na cultura como marcas de gênero, obviamente, dentro do código binário da heterossexualidade. As performances de gênero no espaço social são estabelecidas com a relação corpo/aparência, relação esta que forma e assegura o caráter simulador da performance de gênero.

Apesar de a identidade ser um constructo social, ela também é concebida como produto performatizado, ou seja, as identidades acorrentam os sujeitos na malha discursiva. Por isso, ao dizermos eu sou homem ou eu sou mulher, acionamos os discursos performativos da identidade para indicar o que somos, e não para relatar o que nos tornamos. Ao deslocarmos o conceito de identidade do nosso argumento, podemos utilizar o conceito de identificação como elemento plástico para nosso pensamento. As identificações devem ser concebidas enquanto processo ambíguo, instável e inconclusivo do sujeito. Assim, as identificações nada mais são do que processos de

reconhecimento e utilização de valores, artefatos e estilo de vida de forma efêmera, provisória e ritualizada. As identificações permitem reconhecer a existência de experiências e vivências longe da dialética esquizofrênica e binária do homem/mulher ou heterossexual/homossexual, conforme Hall destaca:

“Essa concepção [identificação] aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos”. (2009, p.108)

Uma decorrência dessa identidade ambígua, deslocada, subversiva aos valores binários da heteronormatividade, pode ser encontrada na estética *Camp*. Em seu clássico ensaio, Sontag oferece várias definições para esta expressão que ela considera “esotérica”. Para ela, falar de camp é falar de sensibilidade, o que é “uma das coisas mais difíceis” de serem realizadas. “Na realidade, a essência do camp é a sua predileção pelo inatural: pelo artifício e pelo exagero” (SONTAG, 1987, p. 318). A androgenia é considerada por Sontag como uma das grandes imagens da sensibilidade:

“Camp é também uma qualidade que pode ser encontrada nos objetos e no comportamento das pessoas. Há filmes, roupas, móveis, canções populares, romances, pessoas, edifícios camp... Essa distinção é importante. É verdade que o gosto camp tem o poder de transformar a experiência. Mas nem tudo pode ser visto como camp. Nem tudo está nos olhos de quem vê”. (ibid., p.320)⁹

A performatividade camp aciona o campo simbólico entorno das ficções de gênero asseguradas pela citacionalidade do discurso do corpo. O papel de alteridade dos sujeitos da subversão faz do cotidiano e dos espaços públicos a arena de personas performatizadas em gênero e sexualidade. Com isso, “Camp vê o mundo com um teatro em que suas representações são cotidianas e, são sempre relacionadas ao exagero de características estéticas que consagram o corpo e a aparência como *modus vivendi*” (SANCHES & CIDREIRA, 2009, p.13).

Um exemplo que o crítico Júlio César Sanches utilizou para a estética camp, a qual foi citada anteriormente, e que performatiza o papel subversivo da política de representação é a persona de Lady Gaga, cantora pop norte americana:

⁹ SONTAG, op.cit., p.320, passim

“O enfrentamento estético da cantora Lady Gaga é escancarado na representação de identificações sexuais antagônicas em seus videoclips. Por exemplo, o vídeo da música Paparazzi demonstra cenas de apelo erótico heterossexual (Gaga e um homem) e, ao mesmo tempo, traz a tona cenas de beijo lésbico entre três pessoas do gênero feminino (Gaga e duas mulheres). Paparazzi é um dos hits de maior sucesso da cantora, o que torna essa representação significativa no meio midiático”. (SANCHES, 2010, p.8)

Este mesmo autor ainda enfatiza sobre as categorias de gênero que desvia a norma heterossexual, entretanto não são só essas categorias que obtém toda a performatividade de gênero:

“Homossexual, Drag Queen, Intersexo, Travesti, Transgênero e Transexual – essas são apenas categorias que não compreendem toda a carga complexa da subjetividade das performatividades de gênero. Vale ressaltar que é na vivência e na experiência desses corpos que a lógica binária dos gêneros é contestada. Dessa forma, é na prática da subversão que as performatividades queers se estabelecem no meio social”. (ibid., p. 10)¹⁰

Exemplificando esta subversão ao binarismo, não poderá deixar ser enunciado um grupo de treze homens fortes, másculos e peludos que entravam no palco com o seu figurino de: saias, sapatos altos, maquiagem, carregada e corpos quase nus, eram os Dzi Croquettes, que era composto pelos integrantes: Lennie Dale, Wagner Ribeiro de Souza, Cláudio Gaya, Cláudio Tovar, Ciro Barcelos, Reginaldo de Poli, Bayard Tonelli, Rogério de Poli, Paulo Bacellar, Benedictus Lacerda, Carlinhos Machado, Eloy Simões e Roberto de Rodriguez. Livres e libertários, vestidos com purpurina, saias e cílios postiços, um conjunto de forças masculinas entrava no palco em pleno regime de ditadura militar no Brasil. Dzi Croquettes, grupo de teatro que surgiu na década de 70, no Rio de Janeiro, montava espetáculos musicais com uma enorme dose de ousadia, humor e irreverência. Em poucos anos, foram responsáveis por uma revolução de comportamento, libertando-se de valores morais com relação à masculinidade e feminilidade, em um momento político em que “toda nudez era castigada”¹¹. A questão era justamente essa: jogar com uma sexualidade dúbia fugindo de qualquer tipo de classificação. Criou-se então uma confusão de estereótipos sexuais confundindo

¹⁰ SANCHES, op.cit., p.10, passim

¹¹ Peça teatral escrita por Nelson Rodrigues em 1965. Sua primeira encenação teve estréia no dia 21 de junho de 1965, no Teatro Serrador, do Rio de Janeiro, sob a direção do polonês Ziembinski

inclusive a própria ditadura que não conseguia detectar onde estava exatamente a ameaça do grupo, além dos corpos nus. Negando os rótulos e assumindo a multiplicidade de caracteres.

Um outro exemplo, o qual foi roteirizado pelo cinema argentino, é o filme XXY(ver o diretor do filme e o ano de produção), que retrata uma história de uma personagem intersexual, Alex, que se depara com vários dilemas sociais intensificados por uma matriz heteronormativa e de um construto unívoco da sexualidade.

O intersexual denuncia e refuta implicitamente as estratégias reguladoras da categorização sexual. A sexualidade de Alex não está fora da lei, mas é produção ambivalente, em que a própria nação de proibição abarca os terrenos psicanalíticos e institucionais, conseqüentemente é o estranho, o incoerente, o que está “fora da lei”, que nos dá uma maneira de compreender o mundo construído, e que certamente poderá ser construído diferentemente.

A identidade de gênero de Alex é confusa e descentrada, até pela representação do corpo de suas bonecas, as quais a personagem simboliza por um corpo disforme e estranho.

Nos dois últimos séculos, a sexualidade tornou-se objeto privilegiado do olhar de cientistas, religiosos, psiquiatras, antropólogos, educadores, passando a se constituir, efetivamente, numa ‘questão’. Desde então, ela vem sendo descrita, compreendida, explicada, regulada, saneada, educada, normatizada, a partir das mais diversas perspectivas. Há um caráter social da sexualidade, a qual conforme Foucault foi inventada no séc. XVIII, a sexualidade passou a ter significância para a definição do sujeito. Segundo o autor:

“(…) vários saberes, instituintes e instituídos em hospitais, presídios, manicômios e também fabricados pelo próprio dispositivo da sexualidade, fizeram dela o lugar de enunciação da verdade interna dos sujeitos. A partir da “modernidade”, cria-se um conjunto de discursos sobre o sexo, codificados em termos do caráter do desejo sexual, definido pelas noções de heterossexualidade e homossexualidade. Essa forma de classificação é derivada da psiquiatria do século XIX e, portanto, bastante peculiar à sociedade ocidental”. (1988, p. 145)

Se, nos dias de hoje, a sexualidade continua alvo da vigilância e do controle, agora se ampliaram e diversificaram-se suas formas de regulação, multiplicaram-se as instâncias e as instituições que se autorizam a ditar-lhe as normas, a definir-lhe os padrões de pureza, sanidade ou insanidade, a delimitar-lhe os saberes e as práticas

pertinentes, adequados ou infames. Em um longo processo histórico, foram instituídos padrões de privacidade, de pudor e de nojo que são de crucial importância para o exercício da sexualidade. Ao lado de instituições tradicionais, como o Estado, as igrejas ou a ciência, agora outras instâncias e outros grupos organizados reivindicam, sobre ela, suas verdades e sua ética. Estas instituições organizam o sexo assimetricamente e marcam as identidades paradoxalmente. Se antes não se distinguia o sodomita no vasto domínio dos hereges ou dos infratores, a partir do séc. XIX, o homossexual é individualizado como espécie, conforme Foucault destaca:

“Ele se torna um personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida (...). Nada aquilo que ele é escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas (...). É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, porém como natureza singular”. (ibid., p.43)¹²

Este foi um processo de diferenciação, tomado pelo poder hegemônico para demarcar fronteiras, o homossexual sendo marcado pelo estigma sexuado, o faz diferente do heterossexual, e com isto vem o estereótipos do gay promíscuo, afetados, “HIV positivos ambulantes”, e algumas instituições na maioria dos casos como: família, religião, a escola reproduzem estes estigmas.

Assumir a homossexualidade para si mesmo, muitas vezes já é uma tarefa árdua. Isso porque assumir o desejo homoafetivo é claramente dizer a si mesmo dentro dos valores da masculinidade hegemônica contemporânea. Possuo uma masculinidade subordinada, serei humilhado perante a sociedade, pois não cumpro meu papel de homem, aquele que domina outras formas de gênero. Sou um dos dominados. Não gosto do que me completa, mas do que me complementa, e quero um relacionamento igualitário, diferente do meu pai, ou do que os meus amigos dizem. Então quando uma informação deste tipo é revelada aos demais integrantes da família, todos ficam mobilizados. O pobre moço, sedento por aprovação, nervoso das liberdades e privações que terá a partir desta informação dada aos pais. A mãe, sentindo-se fracassada enquanto educadora das normas de gênero, pois ela acredita que se seu filhinho deixar de dominar mulheres, e até espancá-las ocasionalmente, e começar a beijar a e transar com homens é um tremendo mau negócio para ele. Além disso, o papel de gênero do pai também se abala se seu filho é homossexual, pois isso pode demonstrar que ele não

¹² FOUCAULT, op.cit., p.43, passim

está cumprindo sua função de educá-lo enquanto homem viril, heterossexual, dominador, e não dominado.

Bibliografia

BUTLER, Judith. *Críticamente subversiva*. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. *Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer*. Barcelona: Icariaeditorial, 2002, p. 55 a 81.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009

DOUGLAS, Mary. *Natural Symbols. Explorations in Cosmology*. NW, Pantheon Books, 73,p.93

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, Toma Tadeu da (org.). *Identidade e diferença. A perspectivas dos Estudos Culturais*. Petrópolis, Vozes, 2007

HEILBORN, Maria Luiza. *Entre as tramas da sexualidade brasileira*. In: *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, 2006.

LOPES, Denílson. *O homem que amava rapazes e outros ensaios*. Rio de Janeiro:Aeroplano, 2002

LOURO, Guacra Lopes. *Nas redes do conceito de gênero*. In: *Gênero e Saúde*. Org: Marta Júlio M. Lopes et all), Porto Alegre. Artes Médica, 1992

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PEREIRA, Carlos A.M. *O que é contracultura?* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

SANCHES, Júlio César; CIDREIRA, Renata Pitombo. *O corpo é espetáculo: As personas e estética contemporânea*. In: *Anais do X Seminário Internacional da Comunicação*. Porto Alegre:PUC-RS, 2009.

SANCHES, Júlio César. *Corpos performativos: Os entre-lugares e as zonas Queers em Lady Gaga*. Publicação tirada do VIII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero- 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*; In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença. A perspectivas dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes, 2007.

SONTAG, Susan. *Notas sobre o Camp*. In: *Contra a interpretação*. Porto Alegre: LPM, 1987, p. 318 a 337.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença. A perspectivas dos Estudos Culturais*. Petrópolis, Vozes, 2007.